



VII COLOQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTION UNIVERSITARIA EN AMERICA DEL SUR

“Movilidad, Gobernabilidad e Integración Regional”

Mar del Plata, Argentina

29 de Noviembre al 1º de Diciembre de 2007



ÁREA TEMÁTICA – A RESPONSABILIDADE SOCIAL DA UNIVERSIDADE

Autores: André de Araújo Antunes.
Lara Bethânia Zílio.

Título: Responsabilidade Social da Universidade: práticas da UFSC.

Resumo: A responsabilidade social tem sido amplamente debatida nos últimos anos, principalmente devido às transformações ocorridas no planeta. Assim a universidade, por ser uma instituição social, tem o dever de exercê-la. Desta forma o presente artigo objetiva definir o papel social da universidade, bem como verificar de que forma a mesma pratica a responsabilidade social através de um estudo de caso. Este trabalho é uma pesquisa descritiva, e as fontes de obtenção de dados foram: a pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e pesquisa na internet. Verifica-se que a instituição alvo do estudo exerce atividades de caráter social e desta forma tem executado de maneira satisfatória a responsabilidade social.

Palavras-chave: Responsabilidade social, universidade, sociedade.

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas a sociedade tem se mobilizado para exigir das empresas e autoridades mudanças principalmente comportamentais, políticas e de relacionamento com a sociedade e comunidade como um todo. O surgimento do caráter crítico por parte de grande parte dos consumidores, ocorre em virtude das crescentes e constantes mutações que o planeta tem sofrido ao longo dos últimos anos como consequência do comportamento antiético e irresponsável do ser humano. Ainda alimentam esse processo a desigualdade social e a disparidade entre os países desenvolvidos e os subdesenvolvidos.

É necessário que as empresas tomem consciência de suas responsabilidades e passem a exercer os seus deveres perante a sociedade, não apenas os deveres legais como impostos, prestação de contas aos acionistas etc. Elas precisam desenvolver atividades que beneficiem a sociedade e preservem o meio ambiente, de forma a propiciar uma melhora na qualidade de vida das pessoas e garantir a sobrevivência do ser humano no planeta em longo prazo. Apesar de a responsabilidade social ser hoje

amplamente discutida no ambiente organizacional e já estar difundida entre algumas organizações, ainda há muito a de ser feito.

A universidade não está alheia a este fenômeno, como instituição social que é, deve gerar conhecimentos e inovações tecnológicas que atendam os anseios da sociedade e proporcionar aos estudiosos uma formação de qualidade, com o objetivo de que estes estejam altamente comprometidos com a resolução dos problemas que assolam o mundo contemporâneo, além de problemas futuros que podem surgir.

Desta forma a universidade não pode se ater apenas em atender os desejos de uma pequena parcela da sociedade detentora de grande parte da riqueza, o benefício trazido tem de ser universal. As instituições de Ensino Superior (IES) têm se movimentado na tentativa de desempenhar o seu papel social, isso pode ser verificado diante das diversas publicações acadêmicas sobre o assunto e por serem elas (as IES) o berço de diversas inovações científicas e tecnológicas.

Diante disso o presente estudo tenta explicitar o compromisso social das instituições universitárias, além de mostrar no que podem e devem contribuir, e de que forma essa contribuição beneficia a sociedade. Tomou-se como exemplo três atividades desempenhadas pela Universidade Federal de Santa Catarina.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 CONCEITOS E DEFINIÇÕES ACERCA DA RESPONSABILIDADE SOCIAL

Nas últimas décadas as empresas têm se deparado com a crescente discussão acerca da responsabilidade social, os consumidores e a sociedade em geral passam a exigir uma postura ética das organizações, tanto no âmbito social como ambiental. Sendo assim, a responsabilidade social, que em algum momento, foi um diferencial estratégico, passou a ser uma “exigência” para sobrevivência no mercado cada vez mais acirrado e competitivo. A universidade, por ser uma instituição que se relaciona com o ambiente que a insere, não está livre de exercer a sua responsabilidade social.

2.1.1 Ética e responsabilidade social

De acordo com Ashley (2005) a ética é o ponto de partida para a responsabilidade social das empresas. Neste sentido apresenta-se uma definição de ética como “princípios, padrões e valores sobre o que é bom e mau, o que é certo e errado, e o que se espera da conduta das pessoas” (LACOMBE, 2004, p. 142). De modo semelhante Pizzi (2004) relata que a ética está relacionada ao comportamento dos indivíduos diante dos próximos, do meio ambiente e da sociedade. Ainda segundo este último autor a ética consiste em distinguir o moral do imoral.

Diante de tais definições fica explícita a relação existente entre ética e responsabilidade social, segundo Ashley (2005) as empresas precisam se preocupar não somente com suas responsabilidades econômicas e legais, mas também com as responsabilidades éticas. Estas se referem à “atividades, práticas, políticas e comportamentos esperados (no sentido positivo) ou proibidos (no sentido negativo) por membros da sociedade, apesar de não codificados em leis.” (ASHLEY, 2005, p. 5). Essas responsabilidades englobam um rol de normas, padrões e expectativas de

comportamento que venham a suprir àquilo que os diversos grupos que interagem com a empresa consideram autêntico, digno, justo ou condizente com seus direitos ou expectativas.

2.1.2 Responsabilidade social

Assim como os indivíduos, as organizações possuem responsabilidades sociais, isso porque o seu comportamento gera impacto direto na sociedade. Embora não exista um único significado de responsabilidade social, que por sua vez é também conhecida como cidadania empresarial, compromisso social ou, sobre o nível das obrigações da empresa com a sociedade, pode-se entendê-la como o grau em que os gestores de uma corporação efetuam atividades que resguardem e melhorem a sociedade mais que o requerido para alcançar os interesses econômicos e técnicos da organização, ou ainda, no sentido de envolver a empresa em atividades que beneficiem a sociedade, mesmo que não contribuam para o lucro da organização. (CERTO e PETER *apud* FREIRE, 2004).

Lacombe (2004) interpreta responsabilidade social como uma forma pela qual as organizações devem contribuir para a tranquilidade e conforto da sociedade e não somente para a maximização de seus resultados financeiros. Ainda segundo o mesmo, a responsabilidade social não é amplamente aceita, isso ocorre porque quando as empresas geram empregos, dividendos aos acionistas, bens almejados pelos consumidores a um preço que os mesmos estão dispostos a pagar, já estão contribuindo, embora não explicitamente, para o bem-estar da sociedade.

É evidente que a responsabilidade social, embora venha se tornando um requisito mínimo para qualquer empresa, não se traduz em lucro imediato para a mesma, talvez por isso alguns administradores ainda relutem em não executá-la. Contudo, esses administradores devem ter consciência de que apesar de os ganhos relacionados à prática da responsabilidade social não serem vistos em curto prazo, são culminantes para qualquer instituição que deseje, além de permanecer no mercado, alcançar um crescimento conciso e sustentável.

2.1.3 Responsabilidade social como fator de competitividade

Como não poderia deixar de ser a responsabilidade social também é um fator de competitividade para as empresas que a exercem, para Gonzalez (*apud* Ashley, 2005) os investidores têm usado, além das demonstrações financeiras, o balanço social das empresas para avaliar o preço dos papéis destas no mercado. Assim como os investidores, os consumidores têm dado bastante importância para a responsabilidade social das empresas, o consumidor consciente exige um comprometimento da organização com a responsabilidade social, e isso começa já dentro da empresa no modo como ela interage com seus funcionários e familiares. “O cultivo de relações consistentes e com as quais o consumidor se identifique é, com certeza, uma das chaves para diferenciação competitiva das empresas no século 21.” (MATTAR, 2005).

Além dos ganhos ao meio ambiente e à sociedade a responsabilidade social trás enorme ganho competitivo às empresas, contudo os gestores devem estar cientes de que esse investimento trará retornos em longo prazo, investir em responsabilidade social é rentável, lucrativo e extremamente benéfico para toda a sociedade.

2.1.4 Responsabilidade social no Brasil

As primeiras discussões sobre responsabilidade social no Brasil aconteceram na década de 1970, inicialmente o objetivo era introduzir o debate acerca do balanço social, a principal referência nessa discussão foi a Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas (ADCE) Brasil, trata-se de uma entidade composta por empresários cristãos, que fundamenta suas práticas na doutrina social da Igreja. Diante do pioneirismo da ADCE-Brasil muitas outras entidades foram criadas, como por exemplo, o Instituto Ethos, o Instituto Akatu, o Instituto de Cidadania Empresarial (ICE), o Núcleo de Ação Social (NAS) da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (Gife), a criação dessas entidades evidencia que a discussão sobre responsabilidade social é cada vez mais crescente no Brasil. Outros fatos que evidenciam tal crescimento são a produção acadêmica sobre o assunto, e as diversas premiações existentes como o Selo Empresa Cidadã (Câmara Municipal de São Paulo), Top Social ADVB (Associação dos Dirigentes de Vendas e Marketing do Brasil), o Prêmio Balanço Social (Fides, Ibase, Instituto Ethos, Serasa e Bolsa de Valores de São Paulo) etc. (ASHLEY, 2005).

O Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social e o Instituto Akatu são dois importantes ícones de responsabilidade social no Brasil. O primeiro, assim como o segundo, é uma organização não-governamental, sem fins lucrativos, estabelecida em 1998, tem como missão “mobilizar, sensibilizar e ajudar as empresas a gerir seus negócios de forma socialmente responsável, tornando-as parceiras na construção de uma sociedade sustentável e justa.” (INSTITUTO ETHOS, 2007). Tal organização possui mais de 1200 associados, estes são empresas dos mais variados ramos e tamanhos, contudo possuem uma característica em comum que é o interesse em um relacionamento ético com toda a sociedade bem como com o meio ambiente. Já o Instituto Akatu foi fundado em 15 de março de 2001 na esfera do Instituto Ethos, com o propósito de prover a sociedade de uma mentalidade de consumo consciente. (INSTITUTO AKATU, 2007). Desta forma nota-se que a atuação de ambos se dá nas duas pontas, ou seja, de um lado o Instituto Ethos auxilia as empresas a serem socialmente responsáveis, e do outro o Instituto Akatu ajuda a sociedade a consumir conscientemente.

Diante dessas evidências fica explícito que a responsabilidade social adquire extrema relevância no Brasil, assim como no mundo, e isso tende a aumentar ainda mais visto que o planeta está passando por transformações cada vez mais rápidas e freqüentes, derivadas dos avanços tecnológicos, dos meios de transporte e, principalmente do atual modelo econômico de livre comércio.

2.2 RESPONSABILIDADE SOCIAL NAS UNIVERSIDADES

2.2.1 Origem e Desenvolvimento das Universidades

Foi no final do século XII que “um conjunto de esforços intelectuais- editando, coletando, sistematizando – culminou com o estabelecimento dos *studia generalia* por grupos de estudiosos” (MINOGUE apud BUARQUE, 1994, p.20). Os chamados *studia generalia* eram grupos formados por estudantes de variadas partes que tinham como interesse aprofundar seus conhecimentos sobre o mundo. Dentre os mais conhecidos naquela época destacam-se os de Paris, Bolonha, Nápoles, Oxford. Contudo, devido aos benefícios trazidos pela formação de uma corporação legal, alguns grupos de

estudiosos passaram a adotar o termo *universitas*, que na época era um termo utilizado para qualquer associação legal. (BUARQUE, 1994)

Em poucas décadas o termo *universitas* adquiriu o significado do que hoje chama-se “universidade”: uma associação de alunos e professores visando fazer avançar o conhecimento. No entanto, como observa Buarque (1994, p.20) duas características básicas já estavam presentes: “o objetivo do estudo livre e o caráter associativo dos estudiosos em um grupo”.

O período compreendido entre os séculos XVI e XVIII foi marcado por inúmeras reformas universitárias, onde disciplinas modernas foram introduzidas, faz-se reavaliações dos modelos acadêmicos e estruturais seguidos na época. Ao fazer-se referência ao cenário brasileiro Mattar (2008, p.91) argumenta que de fato “ O Brasil não teve nenhuma universidade durante este período o que marcará o atraso do seu sistema superior”. Somente em 1808, com a vinda da Família Real Portuguesa, surgiram as primeiras escolas superiores brasileiras nas áreas de medicina, engenharia e arte militar inicialmente.

Em seus primeiros séculos como instituição formalizada a universidade foi fator indispensável para grande parte do avanço do conhecimento científico daquela época. Todavia esta mesma instituição que surgiu sobre bases revolucionárias tornou-se presa a sua própria estrutura. Para Buarque (1994) especialmente na segunda metade do século XX, a universidade tornou-se tão grande e abrangente, que monopolizou de tal forma a produção do pensamento, que as novas idéias não conseguem emergir de tal contexto.

De acordo com Buarque (1994, p.24):

“a universidade não foi a casa dos descobridores e conquistadores nem dos grandes pintores e inventores da renascença. Mesmo quando vinculados a uma universidade, eles trabalhavam sozinhos. [...] Da mesma maneira que não estavam na universidade os grandes nomes da renascença, também não ocuparam suas fileiras os inventores e pensadores do século XX. Ford, Edson, Bell, como Watt antes deles, não tinham espaço em uma universidade que já era científica, mas que não conseguia ser inventiva.[...] Marx, que moldou o século nas ciências sociais, apesar de doutor, jamais foi aceito pelo estabelecimento acadêmico de seu tempo. Freud não foi um homem de universidade, seus estudos foram pessoais, com seus clientes em hospitais. Enfim, ao longo de todo o século XX, os grandes criadores nas artes e nas letras foram pessoas de fora da universidade.”

De fato, é visto que ao longo dos séculos a universidade além de não ter sido fomentadora e estimulante a novos engenhos, atuou de forma taxativa a criação e desenvolvimento de novos conceitos e visões para a sociedade.

Sobre o aspecto inovador e inventivo das universidades hoje, Buarque (1994, p.218) finda que “depois de ser o centro de geração de pensamento novo, a universidade ficou marginalizada da inovação técnica. Prisioneira de seu currículo, de sua estrutura, de suas cátedras, de seu passado” e ainda completa este pensamento afirmando que “a universidade se transformou não apenas em conivente como também na instigadora da tentativa de impedir o avanço do conhecimento”.

2.2.2 Identidade Institucional das Universidades

Os últimos dados consolidados da educação superior brasileira, apontam para um acréscimo relativo de 5% no número de vagas oferecidas em 2005 com relação ao ano anterior. No total foram oferecidas em 2005, 2.435.987 vagas pelo sistema de educação superior nas mais de 2.000 instituições de ensino superior cadastradas.

Contudo, nota-se que apenas 8,7% ou 177 instituições destas são universidades.(INEP, 2007).

Com relação ao universo do ensino superior brasileiro, Goergen (2005, p.65) destaca que dificilmente encontraríamos características comuns entre nossas universidades "quanto à natureza, à organização, os objetivos, as áreas de trabalho, aos interesses, entre outros aspectos". Para este autor há dificuldades reais em identificar com rigor um conceito de universidades, fato que segundo ele se dá em decorrência de reformas cada vez mais presentes no cenário acadêmico mundial, as quais resultam em sua maioria em acirradas polêmicas e disputas de poder.

Neste sentido, Hindenburgo (1996, p.3) com relação à crise de identidade institucional da universidade hoje, acredita que esta tende a diminuir "quando se redefine e aprofunda suas funções sociais e culturais na sociedade. Fato que não significa que a universidade deva prescindir de suas funções econômicas." O autor enfatiza a importância de não subordinar a produção universitária as tendências de mercado, bem como critica a realidade de algumas instituições de ensino superior atuais onde o produto do sistema universitário atende mais as regras de simulação da produção global de mercadorias do que as necessidades da sociedade.

É irrefutável que sociedade brasileira, a qual é marcada pela alta concentração de renda e submersa em problemas sociais, seja cedente por iniciativas que visem atender seus anseios, e não apenas aos de uma elite, constituída por 1% da população, a qual obtém rendimentos equivalentes ao que detêm os 50% dos brasileiros situados na faixa inferior da pirâmide social (GIOLO, 2006). Somada a esta triste realidade, Ristoff (1998) afirma que o acesso à educação superior é restrito apenas a cerca de 10% da população da faixa etária apropriada, fato que resulta na tendência de, ao invés de refluir, tende a aumentar as disparidades de riqueza em nosso País.

2.2.3 Papel Social da Universidade

A universidade como instituição não está separada da sociedade a qual está inserida, e segundo Goergen (2006) a universidade cumpre com o seu compromisso social ao fazer o que sabe, o que pode e o que deve fazer com qualidade – ou seja, atuar na produção e a transmissão do conhecimento com propriedade – esta instituição intrinsecamente já exerce sua função social ao brindar a sociedade com bons profissionais e assim contribuir para o desenvolvimento como um todo.

A fim de assegurar o compromisso básico com a qualidade, se faz necessário uma série de pré-requisitos, como um corpo docente titulado e competente, com condições apropriadas de trabalho (ensino e pesquisa) e condições adequadas para que os alunos, além de assistir as aulas, possam assumir sua própria formação (biblioteca, laboratórios, recursos de informática etc).

Da mesma forma, Buarque (1994, p.216) afirma que "a universidade tem um papel permanente: gerar saber de nível superior para viabilizar o funcionamento da sociedade. E tem um único papel social: gerar saber." Este autor complementa a idéia de Goergen (2006) de que as universidades devam possuir, além do compromisso com a qualidade do sistema, um compromisso com "o saber inédito, que vai além da fronteira do saber tradicional [...] O primeiro compromisso social da universidade é não ser repetitiva: romper com as mesmices dos temas, das teorias, dos conteúdos."(BUARQUE 1994, p.216)

Em uma sociedade em transição como a do Brasil, para cumprir seu papel social, de formar o saber necessário para a construção da sociedade desejada, sugere-se ações e atividades exercidas pela universidade e capazes de fomentar tanto a instituição de uma

sociedade mais justa e igualitária, quanto à realização integral do ser humano como indivíduo e cidadão. Ristoff (1999) neste sentido adverte que não basta formar bons profissionais, por mais importante que isto seja. É imprescindível formar no sentido da cidadania e da consciência da nacionalidade.

Como justificativa a postura universitária de convergência para suas tarefas básicas, Goergen (2006) argumenta que além de se tratar da missão desta instituição – pesquisa, ensino e extensão - sem isso, todas as demais tarefas da universidade ficam comprometidas.

Ao fazer uma análise crítica do quadro atual, Goergen (2006, p. 74) diz que a irresponsabilidade das instituições de ensino superior atuais “não se limita, porém, ao fato em si de frustrar os alunos. [...] Formar profissionais incompetentes conferindo-lhes diplomas que atestam capacidades profissionais que de fato, não possuem, é crime contra a população que de boa-fé, confia seus filhos (educação), sua saúde (medicina), seus direitos (justiça) a tais profissionais”.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

De acordo com Rudio (1986) existem basicamente dois tipos de pesquisas: a descritiva, ou seja, quando o pesquisador tenta tomar conhecimento da realidade e compreendê-la, sem que interfira na mesma para modificá-la; e a experimental, quando o pesquisador exerce influência sobre alguma variável com o propósito de verificar os possíveis impactos. Desta forma o presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa descritiva visto que não houve manipulação de variável alguma, e sim a tentativa de descrever e compreender algumas práticas de responsabilidade social da Universidade Federal de Santa Catarina.

Segundo Mattar (2008) há várias fontes de informação para que uma pesquisa seja efetuada, no presente estudo foi identificado três tipos de fontes de informação, a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental e a pesquisa na internet. A pesquisa bibliográfica compreende os livros e periódicos, existentes nas bibliotecas, que o pesquisador utiliza para embasar a idéia defendida pelo mesmo, desta forma estão compreendidos neste tipo de fonte de informação todos os livros e revistas usados para dar sustento ao referido estudo. A pesquisa documental trata de documentos utilizados pelo pesquisador que não são localizados nas bibliotecas, ou seja, documentos parcialmente publicados no meio governamental, acadêmico, comercial e industrial, são exemplos desse tipo de fonte de informação as tabelas, ofícios, diários, fotografias etc. Sendo assim os dados publicados por instituições governamentais, ONG's (Organizações não governamentais) e produção acadêmica não publicada que foram utilizados neste artigo enquadram-se nesse tipo de fonte de informação. Já a pesquisa na internet se refere ao material utilizado pelo pesquisador que esteja publicado na internet, desta maneira os artigos publicados no meio virtual que foram utilizados para respaldar este trabalho estão contidos nesse tipo de fonte de informação.

Como não poderia deixar de ser, o presente estudo apresentou as suas limitações e dificuldades. Como foram abordadas práticas de responsabilidade social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) os resultados estão a ela associados, desta forma não podendo ser estendidos a outras instituições de ensino superior. A dificuldade de localização das pessoas responsáveis pelos projetos na UFSC foi o principal enclave encontrado pelos autores na composição deste artigo, sendo assim buscou-se informações, basicamente, em fontes bibliográficas.

4 RESULTADOS

4.1 EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA UFSC

Por meio da definição da política de extensão universitária de 1987, as universidades brasileiras buscaram assumir, através da extensão, a posição de uma instituição voltada às necessidades e realidades da sociedade. Segundo a edição atualizada do Plano Nacional de Extensão Universitária (2000, p.5), a extensão universitária é definida como “um processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a Universidade e a Sociedade”.

Neste sentido, a extensão leva para a comunidade externa o conhecimento produzido dentro da universidade. A sociedade o absorve, trabalha, critica e o devolve sob a forma de novos saberes e demandas. Assim, a universidade, através da extensão, desenvolve as necessidades e realidades da sociedade e, além de gerar o novo conhecimento, atende às suas reivindicações.

As formas de extensão universitária envolvem desde palestras, cursos e eventos variados, passando por consultorias e prestação de serviços, até os projetos de desenvolvimento comunitário onde, através de ações contínuas, a universidade contribui para a mudança positiva de uma dada realidade.

Para Moraes (2002) não é rara a falta de discernimento entre o real significado de “extensão” na sociedade. O autor acredita ser comum conceituá-la como o meio pelo qual a universidade daria retribuição à sociedade pelos recursos que recebe. Porém, Moraes (2002, p.32) esclarece que, o primeiro e principal serviço, com o qual a universidade “devolve” à sociedade o que esta nela investe, “é a formação de competências, a geração de profissionais e pesquisadores, através de suas atividades de ensino e pesquisa, atividades que são e devem ser o coração da universidade”.

Neste sentido, Buarque (1994) diz que a extensão “é apenas um método para ensino e pesquisa”, e, portanto não deveria ser vista como uma atividade fim, mas sim, como consequência da promoção de ensino e pesquisa de qualidade. Contudo, o autor adverte que em uma sociedade segregada e elitista como a brasileira, “é preciso que os alunos e professores saibam que há um mundo externo ao campus. E isso só se faz através da extensão”. (BUARQUE, 1994, p. 190)

Através da união do ensino, pesquisa e extensão, diversas universidades buscam atuar de forma efetiva no desenvolvimento social de sua comunidade. Diversos exemplos concretos, nesse sentido, podem ser citados. Assim, a título de ilustração, apresentam-se a seguir três projetos de extensão que hoje são referências nacionais da Universidade Federal de Santa Catarina.

Através do Laboratório de Energia Solar (LabSolar) do Departamento de Engenharia Mecânica (EMC/UFSC) e do Laboratório de Eficiência Energética em Edificações (Labeee) do Departamento de Engenharia Civil (ECV/UFSC), desenvolveu-se, em 2005, o projeto de uma motocicleta que utilizava como combustível a energia solar. A Mobicel (nome dado ao invento na sua concepção) foi fabricada na Suíça e trazida há algum tempo para o Brasil. Inicialmente a mesma utilizava a energia elétrica, a partir disso UFSC então desenvolveu uma forma de reabastecer a motocicleta por meio da energia solar. A captação da energia solar é feita através de placas fotovoltaicas, que transformam a energia solar em energia elétrica, essa energia é armazenada em baterias localizadas no posto de captação de energia solar projetado pelo Labeee, a Mobicel é reabastecida quando a mesma é estacionada nesse local. (Fonte: http://www.ecolnews.com.br/solar_moto.htm).

O resultado deste projeto é uma motocicleta que não produz ruídos, extremamente econômica, e da qual não emanam gases poluentes nocivos ao meio ambiente. Deste modo, além do desenvolvimento de novas tecnologias, de pensar o “novo”, este projeto desenvolveu e propiciou a sociedade uma alternativa de transporte ecologicamente correto e viável.

Outro projeto de extensão de destaque na Universidade Federal de Santa Catarina é o denominado “Projeto Fortalezas”, o qual foi criado com o intuito de reparar e revitalizar as fortificações estabelecidas pelos portugueses com o propósito de defender a Ilha de Santa Catarina de possíveis ataques inimigos. O resultado desse projeto foi a total restauração de três fortes: Santa Cruz de Anhatomirim, localizado na Ilha de Anhatomirim; São José da Ponta Grossa, instalado na Ilha de Santa Catarina; e Santo Antonio de Ratonas, estabelecido na Ilha de Ratonas Grande. A universidade mantém abertas essas fortalezas para visitação do público, desta forma a população pode ter um contato maior com a cultura açoriana além de servir como atrativo turístico para o local. (Fonte: <http://www.fortalezas.ufsc.br>).

Distinto dos dois exemplos anteriores, o laboratório de Aqu cultura da UFSC motivado a promover projetos de natureza social, estabeleceu ao longo do litoral catarinense, módulos de fazendas aquáticas, através dos quais se possibilita o cultivo de novas espécies de ostras e mariscos.

Este último projeto chama a atenção da sociedade tanto pelos resultados obtidos traduzidos em fontes de renda segura e estável para a comunidade local quanto por seu caráter inovador. Os números do projeto entusiasmam, em 1990 a produção de moluscos em toda a Santa Catarina era de 400 kg, em apenas cinco anos ela passou para 4.000.000 de kg. E este projeto não se limita a esses números, no ano de 1991, existiam apenas 7 produtores de ostras em todo o estado, já em 1999 o número pulou para 348. (RISTOFF, 1999).

Esses e tantos outros projetos exprimem o real sentido da Universidade de ensino, pesquisa e extensão. Desta forma, a universidade atua de forma efetiva e completa, bem como, cumpre com o seu papel para com a sociedade a qual esta inserida, ao perceber com clareza a sua missão de superar o conhecimento, de transportar a métodos e técnicas já existentes. Enfim, assim cumpre com o seu papel social de colocar a sociedade diante de novas alternativas e perspectivas de desenvolvimento.

5 CONCLUSÃO

Com sua origem marcada pela transição da humanidade de uma etapa para a outra, do pensamento dogmático para o racionalismo, a universidade tem posto estratégico e intransferível na sociedade, ao atuar no fomento de valores  ticos e morais, bem como na formação de futuros profissionais e cidadãos.

Um dos maiores problemas na relação entre as universidades e a sociedade é a compreensão que a universidade não é uma empresa e, por isso não deve apenas seguir e servir às tendências imediatistas do mercado. Enquanto a empresa está voltada ao lucro em curto prazo, as universidades e a educação visam o fortalecimento e desenvolvimento de uma sociedade mais justa,  tica e permeada de valores concisos.

A Universidade não pode ficar alheia à realidade sociocultural de nosso País, marcada de problemas e desigualdades sociais. Precisa agir a fim de cumprir plenamente sua responsabilidade social e transcender a ordem do conhecer, o real e assumir também a ordem do pensar ainda não o real, o novo, a utopia.

Ao discutir sobre universidade e responsabilidade social, torna-se fundamental focar sobre as tarefas básicas das universidades, que são o ensino e a pesquisa. Pois de

um lado se trata da missão da universidade, e de outro, porque, sem isso, todas as demais tarefas da universidade ficam afetadas.

Neste contexto, a extensão deve ser entendida como a extensão do ensino e da pesquisa não o contrário: deve-se atentar para que as pesquisas e ensino não se transformem em uma extensão de serviços e convênios, sendo por eles determinados, no conteúdo, na forma e nas remunerações.

A Universidade Federal de Santa Catarina pode ser considerada como exemplo de instituição que corrobora e busca à verdadeira missão universitária ao propiciar à sociedade catarinense, diversas alternativas de desenvolvimento advindas de um sistema acadêmico de qualidade e, sobretudo perseverante. Sabe-se que ainda há lacunas que precisam ser preenchidas na sociedade, bem como na própria estrutura desta universidade, contudo a instituição parece estar no caminho certo.

Para isso, é preciso superar a rotina do academicismo, a própria atividade acadêmica precisa desburocratizar-se. Sem tempo livre, dedicados às dificuldades do dia-a-dia, seus responsáveis perdem o contato com as atividades primordiais – ciência, tecnologia e humanismo – e passam a cuidar do gerenciamento do ensino, da pesquisa e da extensão, como em uma empresa, distanciando-se cada vez mais do que era para ser uma universidade.

REFERÊNCIAS

ASHLEY, Patrícia Almeida. **Ética e responsabilidade social nos negócios**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

BUARQUE, Cristovam. **A aventura da universidade**. 1. ed. São Paulo: UNESP: Paz e Terra, 1994.

FREIRE, Mário José Correia. Gestão com responsabilidade social: a experiência brasileira e as perspectivas surgidas a partir do governo Lula. **Revista Brasileira de Administração**. Brasília, n. 46, p. 9-18, set/ 2004.

GOERGEN, Pedro. **Universidade e compromisso social**. 4.ed. Brasília: INEP, 2006.

HORN, Débora. **Energia solar abastece motocicleta**. Disponível em: <http://www.ecolnews.com.br/solar_moto.htm>. Acesso em: 30 outubro 2007.

HINDENBURGO, Francisco Pires. Universidade: a dialética do mercado e da sociedade. **Revista Advir**. Rio de Janeiro, n. 9, p. 05-07, 1996. Disponível em: <<http://www.cibergeo.org/artigos/UNIVERSIDADE.pdf> >. Acesso em: 30 outubro 2007.

Instituto Akatu pelo consumo consciente. **História e Missão**. Disponível em: <<http://www.akatu.org.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=27>>. Acesso em: 24 outubro 2007.

Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social. **Sobre o Instituto Ethos.** Disponível em: <<http://www.ethos.org.br/DesktopDefault.aspx?TabID=3334&Alias=Ethos&Lang=pt-BR>> . Acesso em: 24 outubro 2007.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Inep/MEC divulga novos dados da educação superior.** Disponível em: <<http://www.inep.gov.br>>. Acesso em: 30 outubro 2007.

LACOMBE, Francisco José Masset. **Dicionário de administração.** São Paulo: Saraiva, 2004.

MATTAR, Hélio. O que os consumidores conscientes esperam das empresas. **Consumidor moderno.** Disponível em: <http://www.consumidormoderno.com.br/web/interna.asp?id_canais=4&id_subcanais=1&id_noticia=8657&nome=&descricao=&foto=&colunista=1&pg=0>. Acesso em: 25 Outubro 2007.

MATTAR, João. **Metodologia científica na era da informática.** 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

MORAES, Reginaldo C. C. **Universidade no Brasil 2002: problemas e dilemas.** 1.ed. São Paulo: IFCH/UNICAMP,2002.

PLANO NACIONAL DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA 2000/2001. Disponível em: <http://www.ufac.br/pro_reitorias/pr_assunt_comunitarios/doc_ass_comunitarios/doc_p_rac_plano_extensao_universitaria.doc>. Acesso em: 30 outubro 2007.

PIZZI, Jovino. **Ética e responsabilidade social.** Pelotas: Educat, 2004.

RISTOFF, Dilvo Ilvo. **Universidade em foco: reflexões sobre a educação superior.** Florianópolis: Insular, 1999.

RUDIO, Franz Vitor. **Introdução ao projeto de pesquisa científica.** Petrópolis: Vozes, 1986.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. **Projeto Fortalezas.** Disponível em: <<http://www.fortalezas.ufsc.br>>. Acesso em: 30 outubro 2007.